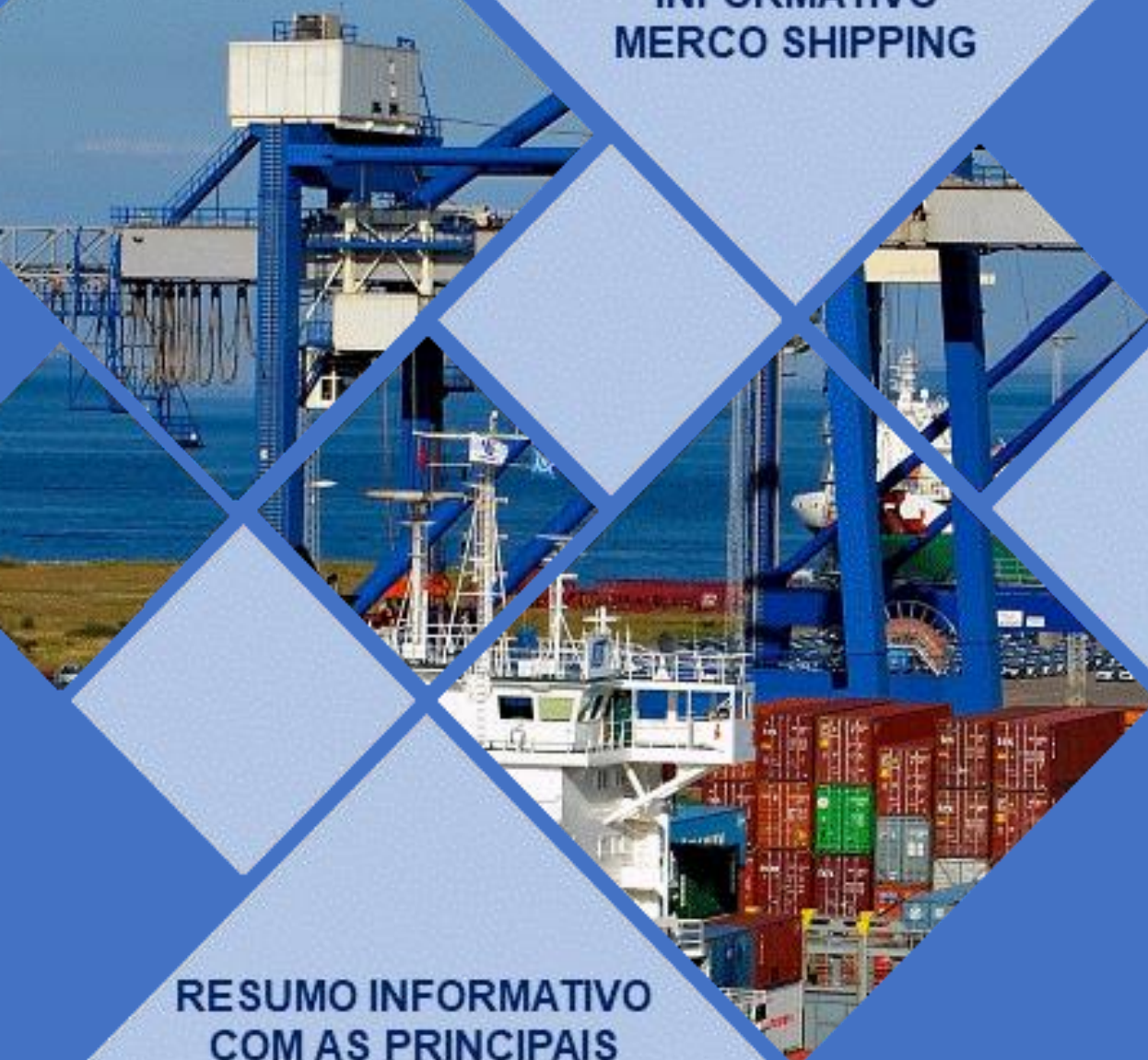


# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 211/2023  
Data: 28/12/2023



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>3</b>
TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ TERÁ R\$ 50 MILHÕES PARA ATUALIZAR PROJETO .....	3
<b>MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>4</b>
FECOMÉRCIO-PE DIVULGA ESTUDO SOBRE IMPACTO DO AUMENTO DO ICMS NO ESTADO .....	4
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>5</b>
MINISTRO DÁ RUMO À DRAGAGEM DO PORTO DE SANTOS .....	5
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>6</b>
EDITORIAL – INOVAÇÃO NO ABASTECIMENTO DE NAVIOS .....	6
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	7
<i>Mar Vermelho 1</i> .....	7
<i>Mar Vermelho 2</i> .....	7
<i>Mar Vermelho 3</i> .....	8
<i>Pane no ar condicionado</i> .....	8
<i>Aeroportos 1</i> .....	8
<i>Aeroportos 2</i> .....	8
REGIÃO NORDESTE - ABASTECIMENTO EM ÁREA DE FUNDEIO NO ITAQUI DEVE CRESCER 50% EM 2024 .....	8
REGIÃO NORDESTE - ANTAQ APROVA REAJUSTE TARIFÁRIO DO PORTO DE FORTALEZA .....	9
PORTO DE SANTOS - APS ABRE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA TERMINAL DE COMBUSTÍVEIS NA MARGEM DIREITA .....	9
REGIÃO SUL - IMBITUBA REGISTRA MELHOR NOVEMBRO DA HISTÓRIA NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS .....	10
REGIÃO SUL - COMPLEXO CATARINENSE REALIZA SIMULADO DE EMERGÊNCIA NO CAIS 3.....	11
NACIONAL - PETROBRAS ADQUIRE PARTICIPAÇÃO EM 3 BLOCOS DE PETRÓLEO NA ÁFRICA .....	12
PORTUGAL - NOVA FERROVIA PROMETE DOBRAR CAPACIDADE DOS PORTOS PORTUGUESES .....	13
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>14</b>
EIG COMPRA A OCYAN POR R\$ 1,9 BILHÃO .....	14
DISTRIBUIDORAS TERÃO QUE ADQUIRIR 38,78 MILHÕES DE CBIOs EM 2024.....	15
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>16</b>
HADDAD ANUNCIA MEDIDAS PARA ELEVAR ARRECADAÇÃO E BUSCAR DÉFICIT FISCAL ZERO EM 2024; ENTENDA .....	16
DEFLAÇÃO DO IGP-M NÃO SE REPETIRÁ EM 2024, DIZ ECONOMISTA.....	18
CAMPOS NETO DIZ QUE MUDANÇAS REGULATÓRIAS TORNAM MAIS EFICIENTE O COMBATE AO OURO ILEGAL .....	19
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>20</b>
CAMPOS NETO CITA ERRO DE PROJEÇÕES E DIZ QUE 2024 TEM BOA CHANCE DE CENÁRIO MELHOR PARA CRESCIMENTO .....	20
O BRASIL E O JOGO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS .....	21
GOVERNO PAULISTA VOLTA A DISCUTIR LIGAÇÃO DO RODOANEL NORTE AO AEROPORTO DE GUARULHOS .....	22
MARCO TEMPORAL DA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS VIRA LEI; VEJA O QUE OCORRE AGORA.....	23
RELATOR DA DESONERAÇÃO DIZ QUE INICIATIVA DE HADDAD É ‘PERIGOSA’ E FRAGILIZA RELAÇÃO COM CONGRESSO .....	24
GOVERNO REVOGA DESONERAÇÃO DA FOLHA E ALTERA REGRA PARA DÍVIDAS JUDICIAIS PARA AUMENTAR RECEITA.....	25
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>28</b>
RECEITA FEDERAL PRORROGA ATÉ 2027 ADICIONAL DE 1% DA COFINS-IMPORTAÇÃO .....	28
A EIG, DOS ESTADOS UNIDOS, COMPRA A OCYAN POR R\$ 1,8 BI .....	28
PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL PERTO DA VOLTA DO PIS/COFINS .....	30
<b>MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>31</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	31



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ TERÁ R\$ 50 MILHÕES PARA ATUALIZAR PROJETO

Verba aprovada pela Câmara dos Deputados também servirá para a renovação das licenças ambientais da obra

Por: Ted Sartori



**Área onde será construído o túnel Santos-Guarujá Foto: Vanessa Rodrigues/AT**

Os R\$ 50 milhões destinados à Autoridade Portuária de Santos (APS), após aprovação pela Câmara dos Deputados, na semana passada, serão usados para atualização do projeto executivo do túnel Santos-Guarujá e também para o processo de renovação das licenças ambientais para a obra, confirmou a APS para A Tribuna.

Segundo a Autoridade Portuária, o recurso foi solicitado para aplicação ainda em 2023. “Mas sua efetiva utilização só poderá ser concretizada ano que vem em função da aprovação nos últimos dias deste ano”, explicou, em nota.

### Aprovação

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 21, em Brasília, valores adicionais no Orçamento da União para este ano. Entre eles, o Projeto de Lei (PL) 36/2023, que abre crédito especial de R\$ 70,9 milhões divididos entre APS (R\$ 50 milhões), Autoridade Portuária do Rio de Janeiro (R\$ 2,9 milhões, para repactuação contratual e manutenção do sistema de sinalização no Porto de Itaguaí) e Infraero (R\$ 18 milhões, para obras de ampliação e adequação em 13 aeroportos em todo o País, incluindo melhorias na pista de pouso e decolagem em Foz do Iguaçu).

### Relator da região

Na última quarta-feira, o relatório já havia sido aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. O PL, cujo relator é o deputado federal Alberto Mourão (MDB), segue agora para sanção presidencial.

“A citada ligação seca iria proporcionar não só uma otimização do fluxo de passageiros e cargas, mas eliminar as restrições e limitações no sistema viário e rodoviário, proporcionando uma fluidez maior no tráfego e uma melhor integração entre as cidades, e, principalmente, a maior segurança nas manobras dos navios, reduzindo os riscos de acidentes e criando um ambiente de navegação mais seguro”, escreveu Mourão, no relatório do parecer.

No documento, o deputado ainda cita que, segundo a Exposição de Motivos nº 118/2023, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a construção do túnel não interferirá na profundidade do canal de navegação, garantindo que as embarcações possam operar sem restrições, preservando assim a atividade portuária. “O crédito será custeado com recursos provenientes de ‘geração própria’ da empresa”, finaliza.

### Agora vai?

Vale recordar que, no dia 20, a APS deu a largada formal para as obras do túnel Santos-Guarujá, com a aprovação, pelo Conselho de Administração, da contratação da Fundação Vanzolini para elaboração da modelagem jurídica e econômica do empreendimento.

O prazo do contrato com a Fundação Vanzolini é de 18 meses para várias ações, mas para a conclusão do edital da obra do túnel para publicação é de até dez meses. O custo será de R\$ 19 milhões. A previsão é que a construção do empreendimento seja iniciada no final de 2024.

Fonte: A Tribuna Digital - SP  
Data: 28/12/2023



## MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

### FECOMÉRCIO-PE DIVULGA ESTUDO SOBRE IMPACTO DO AUMENTO DO ICMS NO ESTADO

Avaliação da Fecomércio-PE conclui que majoração na alíquota do ICMS afetarará, principalmente, o segmento de bens não duráveis e semiduráveis.

Da Redação ME



**O presidente da Fecomércio-PE, Bernardo Peixoto, critica o aumento da alíquota do ICMS pelo governo de Pernambuco/Foto: Divulgação/ Fecomércio-PE.**

A Fecomércio-PE realizou um estudo para avaliar o impacto da elevação da alíquota do ICMS no cenário econômico do comércio varejista estadual. As estimativas apontam que a elevação para 20,5% na alíquota modal no estado de Pernambuco, em 2024, afetarará principalmente o segmento de bens não duráveis (alimentos e bebidas) e semiduráveis (vestuários e calçados). O estudo revela que o incremento de 20% na arrecadação do ICMS deve reduzir em 8,4% o volume de vendas dos hipermercados, supermercados e gêneros alimentícios.

O estudo considera que em agosto de 2023, o Governo de Pernambuco apresentou o “Descomplica PE”, um pacote fiscal que abrange uma série de ajustes na legislação do ICMS, com mudanças nos prazos de pagamento de tributos. Entre as medidas propostas, destaca-se a alteração da alíquota modal para Pernambuco em 2024, que está programada para aumentar de 17% (em conformidade com o gatilho automático aprovado pela Alepe na Lei nº 16.489, de 3 de dezembro de 2018, que reduzia a alíquota do ICMS de 18% para 17% a partir de 01 de janeiro de 2024) para 20,5%.

O aumento na alíquota foi promovido pela maioria dos estados brasileiros, inclusive, todos do Nordeste, como medida para garantir uma melhor arrecadação diante das mudanças impostas pela reforma tributária. Os estados se basearam no fato de que o Artigo 131 previa como parâmetro para a repartição do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) a média das receitas com o ICMS entre 2024 e 2028. Para garantir maior repasse, elevaram a alíquota. Acontece que esse artigo foi suprimido do texto final aprovado pela Câmara dos Deputados, após ter passado pelo Senado.

O governo de Pernambuco foi pressionado pelo setor produtivo e por deputados a voltar atrás, mas no seu entendimento, o texto final da reforma tributária mantém o princípio de que a distribuição do novo imposto se dará com base na média da arrecadação.

“É como um efeito dominó: para compensar a diminuição nas vendas, as empresas serão forçadas a reduzir custos, mediante demissões de funcionários, redução de horas de trabalho e, até mesmo, fechamento de algumas lojas. Para manter as margens de lucro, as empresas tenderão a aumentar os preços dos produtos, ocasionando uma pressão inflacionária nos produtos alimentícios, que afetaria diretamente os consumidores e, indiretamente, a própria arrecadação tributária”, avalia Bernardo Peixoto, presidente do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac PE.

#### Impacto do aumento no ICMS

No segmento de móveis e eletrodomésticos, estimou-se que um aumento de 20% na arrecadação do ICMS ocasionará uma diminuição de 6% no volume de vendas. Já para no segmento de vestuário, a

redução no volume de vendas é estimada em 5,4%. “Isso é particularmente significativo, uma vez que o setor de vestuário desempenha um papel crucial no impulsionamento do varejo durante as sazonalidades ao longo do ano”, reforça Peixoto.

Para a Fecomércio-PE, a estimativa de queda é preocupante, uma vez que o segmento já enfrenta desafios significativos devido à magnitude de famílias endividadas e às taxas de juros elevadas, que resultam no alto custo do crédito ao consumidor.

### Sobre o estudo

Com base em dados secundários do Índice de Volume de Vendas, obtidos junto ao Banco Central, referentes aos segmentos de vestuário, hipermercados e supermercados, bem como móveis e eletrodomésticos, foi desenvolvido um modelo de regressão linear. Este modelo utilizou a variável de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços disponível no portal do Codepe/Fidem como fator determinante. “Os modelos de regressão foram cuidadosamente ajustados e submetidos a testes, além de apresentarem resíduos que atenderam aos critérios de normalidade necessários para análises estatísticas robustas”, diz em nota a entidade.

A Fecomércio considera que, sendo o ICMS um dos pilares da arrecadação dos estados brasileiros, é um imposto que incide sobre a circulação de mercadorias e a prestação de serviços. Por isso atinge, principalmente, os consumidores de renda mais baixa e reduz a renda disponível dessa população.

Em nota, a entidade ressalta que “a alíquota modal, que é a taxa percentual que representa a maior tributação aplicável sobre determinada base de cálculo em um conjunto de alíquotas, varia de estado para estado, o que significa que cada unidade federativa possui a sua própria taxa de imposto. Isso acontece porque a competência para definir as alíquotas do ICMS é dos estados e do Distrito Federal. Portanto, a alíquota modal é a taxa de ICMS mais comumente aplicada em operações dentro do estado, e é usada como referência para a maioria das transações de compra e venda”.

E completa: “A variação das alíquotas do ICMS entre os estados é significativa e pode resultar em diferenças consideráveis na carga tributária incidente sobre produtos e serviços em diferentes regiões do país. Essa complexidade no sistema de alíquotas estaduais é um dos desafios enfrentados por empresas que atuam em âmbito nacional, pois precisam lidar com a ‘guerra fiscal’ e recolher o ICMS de acordo com as taxas vigentes em cada localidade onde realizam suas operações.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 28/12/2023



## PORTAL PORTO GENTE

### MINISTRO DÁ RUMO À DRAGAGEM DO PORTO DE SANTOS

Editor Portogente

*O comércio mundial depende largamente da profundidade dos portos*



Com quase um ano de atraso, finalmente foi tomada uma decisão acertada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos), de manter o contrato vigente de dragagem do Porto de Santos, o principal do hemisfério sul, com a holandesa Van Oord, somente até a concretização do processo de licitação, para um período de longo prazo. Trata-se de um serviço de grande complexidade, principalmente em aspectos de engenharia, preservação ambiental e importância para a



competitividade internacional do porto.

### ***Veja mais \* Dragar o Porto de Santos com inovação***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115731-dragar-o-porto-de-santos-com-inovacao>

Portanto, espera-se que a elaboração dos termos da próxima licitação tenha celeridade e seja esclarecida a tempo a grave denúncia pela DTA Engenharia de que a Van Oord não possui o parque de dragas contratado. Levando em conta que a atividade de dragagem é considerada mundialmente uma ameaça ambiental, exigente de equipamentos de menor impacto. Concomitantemente, o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de cortar custos no transporte marítimo, aumenta o tamanho dos navios e demanda maior profundidade nos portos, com dragas específicas.

### ***Veja mais \* Regionalizar o Porto de Santos: muito além do túnel submerso e de canal de 17 metros de profundidade***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115716-regionalizar-o-porto-de-santos-vai-alem-do-tunel-submerso-e-canal-de-17-metros-de-profundidade>

O projeto de aprofundamento do Porto de Santos deve incorporar engenharia, tecnologias; modelo de contratação e controle inovadores. De sorte a otimizar movimentação de carga com eficiência, especialmente de contêineres, por navios modernos de grandes calados e reduzir a emissão de CO2. Assim, ser um processo eficaz de estabelecer profundidades com volume de dragagem adequado, mínimo impacto ambiental e custo razoável.

### ***Veja ainda \* Debater a Antaq e regionalizar os portos***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115706-debater-a-antaq-e-regionalizar-os-portos>

É prioritária a elaboração de um contrato de Parceria-Público-Privada, (PPP) com visão de resultado: um porto concentrador (hub) e aumento sustentável da área do porto organizado. De forma a abranger a manutenção das profundidades e a dragagem de aprofundamento para expansão necessária e possível do Porto de Santos, como paradigma inovador, com operações mais intensas e ágeis.

### ***Veja também \* Portos de Santos e do Maranhão disputam hinterlândias***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115685-portos-de-santos-e-do-maranhao-disputam-hinterlandias>

Por certo, dragar e assegurar profundidades para receber navios modernos, alguns com altura da torre Eifel e do Empire State, fomenta a competitividade do Porto de Santos e é uma meta permanente. Isto é necessário também para expandir a atual área do complexo portuário. E tem importância o estudo em modelo reduzido. Em síntese, uma competência em dragagem de excelência que constitui um acervo da comunidade portuária santista.

### ***Veja mais \* Privatização da dragagem portuária: mais debate ou uma solução?***

<https://portogente.com.br/dragagemportuaria/91110-privatizacao-da-dragagem-portuaria-mais-debate-ou-uma-solucao>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 28/12/2023

# BE NEWS

## BE NEWS – BRASIL EXPORT

### EDITORIAL – INOVAÇÃO NO ABASTECIMENTO DE NAVIOS

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



A parceria entre a Acelen e a Bunker One, que resultou na operação de fornecimento de bunker a navios fundeados na Baía de São Marcos, no Porto do Itaqui (MA), é um exemplo notável de inovação nas operações portuárias. Esta iniciativa não apenas otimiza o tempo de espera dos navios, reduzindo custos e taxas portuárias, mas também tem o potencial de transformar a dinâmica do abastecimento marítimo no Brasil.

O fornecimento de bunker em ancoragem externa representa uma abordagem eficiente e econômica, evitando interferências nas operações de carga e descarga nos terminais. Além disso, a operação contribui para o aumento da atividade portuária na Baía de São Marcos, gerando novos negócios para empresas locais, como agências marítimas e prestadoras de serviços, e resultando em um impacto positivo no emprego.

O fato de a operação atrair navios que não tinham escalas programadas, mas que passaram a incluir paradas na região exclusivamente para o abastecimento, destaca a relevância dessa abordagem inovadora. A demanda por abastecimento na região é esperada para crescer significativamente em 2024, demonstrando a aceitação positiva e a eficácia dessa solução.

A iniciativa da Acelen e da Bunker One não apenas responde a uma necessidade prática, mas também fortalece a posição estratégica da Baía de São Marcos como um ponto atraente para operações marítimas. Essa parceria exemplifica como a inovação nas práticas portuárias pode impulsionar o desenvolvimento econômico local e regional, trazendo benefícios tangíveis para diversas partes interessadas.

A avaliação positiva feita pelo Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Maranhão (Syngamar), destacando o aumento da atividade portuária, a geração de novos negócios e empregos, reflete o impacto positivo que essas iniciativas podem ter em toda a comunidade portuária.

Num momento em que a eficiência operacional e a sustentabilidade são prioridades, a abordagem inovadora da Acelen e da Bunker One representa um passo significativo para aprimorar as operações portuárias no Brasil. Essa colaboração visionária é um modelo a ser observado e pode inspirar outras iniciativas voltadas para a eficiência e a sustentabilidade nos portos brasileiros.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 28/12/2023**

## **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **MAR VERMELHO 1**

Os recentes ataques do grupo rebelde do Iêmen, os Houthis, a navios no Mar Vermelho, entre a África e a Ásia, está afetando a navegação nessa região. E este episódio pode ter impactos no comércio exterior do Brasil, segundo executivos do setor de logística. Esses reflexos ocorreriam, pois, armadores estão alterando a rota de suas frotas para evitar passar pelo Canal de Suez, localizado no Egito e que liga os mares Vermelho e Mediterrâneo. A solução envolve adotar trajetos mais longos, como contornar o continente africano, o que deve ampliar o preço dos fretes para aquela região.

### **MAR VERMELHO 2**

Um dos maiores impactos para o Brasil pode ser percebido nas exportações de carne para o Oriente Médio, uma vez que 21% dessas operações envolvem linhas de navegação que utilizam o Canal de Suez.

### **MAR VERMELHO 3**

Os Houthis começaram atacando navios que passavam pelo Mar Vermelho com destino a Israel, como forma de mostrar seu apoio ao grupo terrorista Hamas, da Palestina. Mas cargueiros que não tinham escalas em portos israelenses já sofreram ataques. O perigo é maior no Estreito de Mandeb, canal que liga o Mar Vermelho ao Oceano Índico.

### **PANE NO AR CONDICIONADO**

O Aeroporto de Congonhas, em São Paulo (SP), teve problemas no sistema de ar condicionado na última quarta-feira, levando passageiros a passarem mal devido ao calor no local. De acordo com a Aena, que administra a unidade, o problema se restringe à área do check-in e começou na terça-feira, mas a situação deveria ser normalizada na madrugada de hoje, quinta-feira, dia 28.

### **AEROPORTOS 1**

As operadoras Aena Brasil e CCR Aeroportos passaram a integrar o Conselho Internacional de Aeroportos na América Latina e Caribe (ACI-LAC). Com a entrada dessas empresas, a entidade passa a representar 11 operadores e 57 instalações aeroportuárias no Brasil. No País, a Aena administra 17 aeroportos, que respondem por 20% do tráfego aéreo nacional. ACCR também opera 17 unidades.

### **AEROPORTOS 2**

O diretor-geral da ACI-LAC, Rafael Echevarne, comemorou o ingresso das novas associadas. “Aena e CCR operam alguns dos mais importantes aeroportos no Brasil, país fundamental no transporte aéreo de nossa região. Ambos têm em suas carteiras aeroportos de perfis variados – dos maiores e mais movimentados do Brasil a aeroportos regionais que veremos desenvolverem-se imensamente nos próximos anos”, afirmou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/12/2023

### **REGIÃO NORDESTE - ABASTECIMENTO EM ÁREA DE FUNDEIO NO ITAQUI DEVE CRESCER 50% EM 2024**

Operação realizada no Maranhão é inédita no Brasil, fruto de parceria entre duas empresas do ramo  
Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**As empresas Bunker One e Acelen se preparam para contabilizar, até o fim deste mês, a meta de 50 cargueiros e petroleiros atendidos pela operação em apenas três meses Crédito: Divulgação/Bunker One**

O abastecimento de navios na área de fundeio da Baía de São Marcos (MA), no Porto do Itaqui, iniciada em outubro deste ano, deve crescer entre 40% e 50% em 2024.

A estimativa é das empresas Bunker One e Acelen, que fecharam parceria para iniciar a operação no Brasil e se preparam para contabilizar, até o fim deste mês, a meta de 50 cargueiros e petroleiros atendidos pela operação em apenas três meses.

Na negociação, a Bunker One comercializa os combustíveis marítimos (bunker) e a Acelen produz os combustíveis.

Até o momento, esta é a única operação de fornecimento de bunker (combustível marítimo) em ancoragem externa do Brasil, o que otimiza o tempo de espera dos navios com redução de custos e taxas portuárias, além de não interferir nas operações de carga e descarga dos terminais.



As empresas também informaram que a opção de abastecimento na Baía de São Marcos acabou atraindo navios que não tinham escala programada, mas passaram a planejar paradas na região exclusivamente pelo abastecimento.

“Nossa parceria com a Acelen proporcionou a cobertura de uma área geográfica estratégica e com uma forma única de atuação. Estamos certos de que a demanda de abastecimento na região vai crescer de forma significativa no ano que vem”, disse Flavio Ribeiro, CEO da Bunker One Brasil.

“É importante destacar que a operação segue em regime permanente e em ascensão. Hoje, 15% de nossa produção está destinada para a Bunker One Brasil, e estamos buscando dobrar esse número”, afirmou Cristiano da Costa, vice-presidente Comercial, Trading e Shipping da Acelen.

Lidia Pfuenger, presidente do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Maranhão (Syngamar), avaliou que nestes três primeiros meses de operação, já foi possível sentir mudanças positivas no entorno.

“A atividade portuária aumentou, trouxe novos negócios para as empresas que atuam no local, como agências marítimas e prestadoras de serviços, e gerou mais empregos. Percebemos que o número de contratações foi maior que nos últimos anos”, garantiu.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*  
*Data: 28/12/2023*

## REGIÃO NORDESTE - ANTAQ APROVA REAJUSTE TARIFÁRIO DO PORTO DE FORTALEZA

Varição do IRT é de 17,18% e entrará em vigor em até 30 dias úteis

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou um novo reajuste para as tarifas do Porto de Fortaleza (CE). A decisão foi publicada no Diário Oficial da União no último dia 21.

Desta forma, o Índice de Reajuste Tarifário (IRT), que incide igualmente sobre todas as modalidades do complexo, subirá 17,18%.

As novas tarifas e a estrutura tarifária entrarão em vigor em até 30 dias úteis após a publicação da decisão da agência. A Companhia Docas do Ceará também deve encaminhar à Superintendência de Regulação da Antaq uma cópia da estrutura tarifária em vigor.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*  
*Data: 28/12/2023*

## PORTO DE SANTOS - APS ABRE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA TERMINAL DE COMBUSTÍVEIS NA MARGEM DIREITA

Interessados têm 30 dias para apresentar interesse no arrendamento do STS 08

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**O STS 08 conta com 168,3 mil m<sup>2</sup> e tinha ido à leilão em novembro de 2021, quando não houve interessados (Foto: Divulgação/APS)**

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou nesta quarta-feira (27) a publicação do edital de chamamento público para interessados da área do terminal STS 08, destinada para a operação e movimentação de granéis líquidos (especialmente combustíveis), localizados na região da Alemoa, situada na margem direita do Porto de Santos.

De acordo com a Companhia, a oferta está amparada na recente delegação de competências à APS para licitar, gerir e decidir sobre outorgas no cais santista.

Segundo a Autoridade Portuária, o prazo para apresentação de interesse no arrendamento da área é de 30 dias.

O STS 08 conta com 168,3 mil m<sup>2</sup> e tinha ido a leilão em novembro de 2021, quando não houve interessados de empresas ou consórcios. Agora, a APS firmará contrato de arrendamento, caso haja apenas um ofertante. Em caso de dois ou mais, será feita licitação.

O prazo de concessão para a área do STS 08, conforme o edital, é de 25 anos.

Segundo o diretor-presidente do Porto de Santos, Anderson Pomini, a oferta do STS 08 é considerada essencial para atender o segmento de graneis líquidos.

“A Autoridade Portuária tem o dever de planejar o crescimento do Porto, uma vez que há um déficit histórico de capacidade instalada para atendimento de graneis líquidos no Porto de Santos. O arrendamento da área STS 08 traz expectativa de geração de novos postos de trabalho durante o período contratual, incluindo empregos diretos, indiretos e efeitos na renda”, comentou Pomini.

### **Demanda**

No mês passado, o Porto de Santos inaugurou o novo píer de atracação da Ageo, localizado na margem esquerda do cais santista. A solenidade contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

O novo berço conta com infraestrutura para navios da classe LR1, aumentando em 25% a capacidade de atracação para navios de graneis líquidos na Ilha Barnabé.

O presidente Anderson Pomini classificou que uma das principais carências encontradas e admitidas pela Autoridade Portuária é berços de atracação para a movimentação de graneis líquidos.

Além da redução do tempo de espera de navios especializados por falta de berços, o Porto de Santos pretende alcançar níveis de atracação de graneis líquidos equivalentes aos desempenhos encontrados dos portos da Europa e América.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 28/12/2023*

## **REGIÃO SUL - IMBITUBA REGISTRA MELHOR NOVEMBRO DA HISTÓRIA NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS**

Complexo operou aproximadamente 700 mil toneladas, superando marca de 590 mil de 2012

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



***O recorde anterior na movimentação de cargas para o mês de novembro no complexo de Imbituba aconteceu em 2012, quando foram operadas 590 mil toneladas Crédito: Divulgação/SCPAR Porto de Imbituba***

O Porto de Imbituba (SC) consolidou um novo recorde mensal para o mês de novembro na movimentação de cargas no complexo. Segundo dados da Autoridade Portuária, a atividade no porto registrou a operação de aproximadamente 700 mil toneladas de cargas no mês, resultando em um crescimento de 20% em comparação com novembro do ano passado.



O recorde na movimentação de cargas para o mês de novembro aconteceu em 2012, quando foram operadas 590 mil toneladas. O resultado de novembro deste mês teve crescimento de 23,3% no comparativo com o mês anterior.

Em novembro, foram atendidos 19 navios, o que resultou em uma média de 36,8 mil toneladas por embarcação. Esta quantidade é 43,5% superior à média por navio apresentada nos demais meses deste ano, o que demonstra o recebimento de maiores volumes por operação.

As exportações continuam como o principal fluxo dos produtos que passaram pelo Porto de Imbituba e, dentre todos os embarques e desembarques, os maiores volumes operados foram o coque de petróleo, sal, soja, farelos de milho e de soja e contêineres.

O diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba, Urbano Lopes de Sousa Netto, explicou que o novo recorde histórico para novembro se alia a nova marca de movimentação anual total, demonstrando que o porto vem se consolidando como uma alternativa logística competitiva para o transporte de cargas, seja na exportação, importação ou cabotagem.

“Como exemplo, podemos citar a elaboração da consignação média dos navios em que cada embarcação leva uma maior quantidade de cargas, reduzindo o frete de modo geral”, comentou o executivo.

### **Recorde anual**

Em 2023, o Porto vem apresentando uma média anual de movimentação de 637 mil toneladas por mês. No somatório do ano, já foram transportadas através de Imbituba mais de 7 milhões de toneladas em 270 navios. A liderança das exportações (52,4% do total) vem acompanhada de alta de 47,3% na tonelagem enviada ao exterior, se comparado ao realizado de janeiro a novembro de 2022.

No sentido inverso, as importações garantiram a fatia de 36% das operações, mesmo apresentando retração de 21,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Já a cabotagem, navegação dentro do Brasil, representou 11,6% da movimentação do Porto, o que mostra uma queda de 5,6% na tonelagem da carga em relação ao ano passado.

As principais cargas transportadas no ano foram do segmento de granéis sólidos (82,9% do total). No ranking geral de movimentação, aparecem no topo o coque de petróleo, farelos de milho e soja, contêineres, sal, milho e soja. Completam a lista, os fertilizantes, hulha betuminosa, toras de madeira, trigo, malte/cevada, ferro gusa, dentre outros produtos. Inclusive, o sorgo (cereal) exportado à África para produção de cervejas, estreou em novembro sua movimentação em 2023 com um embarque de 33 mil toneladas.

Segundo dados do Governo Federal, as operações de importação e exportação em Imbituba movimentaram mais de 1,8 bilhão de dólares até novembro deste ano.

Nas exportações, de janeiro a novembro, os países de destaque foram: Singapura, Irã, China, Vietnã e Portugal. Seguindo o mesmo escopo e no mesmo período, em relação às importações, os destaques ficaram por conta dos Estados Unidos, Chile, Colômbia e Argentina.

Até dezembro, a expectativa da Autoridade Portuária é que o Porto movimente em torno de 7,6 milhões de toneladas. Caso se confirme, o resultado trará um fim de ano com um novo recorde histórico e um crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 28/12/2023**

## **REGIÃO SUL - COMPLEXO CATARINENSE REALIZA SIMULADO DE EMERGÊNCIA NO CAIS 3**

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



***O treinamento simulou um incidente com uma vítima que estaria trabalhando na obra de estruturação e recuperação do cais 3 e que acidentalmente caiu no mar Crédito: Divulgação/SCPAR Porto de Imbituba***

A SCPAR Porto de Imbituba realizou na última semana um exercício de simulado dentro do cais. Denominado de “Queda de homem ao mar e vítima de trauma”, o exercício faz parte do cronograma de simulações do Plano de Controle de Emergência

(PCE) da Autoridade Portuária. A ação compõe o calendário de segurança do Porto de Imbituba.

O treinamento simulou um incidente com uma vítima que estaria trabalhando na obra de estruturação e recuperação do cais 3 e que, durante os serviços, acidentalmente caiu no mar.

Participaram do exercício a equipe de segurança da Autoridade Portuária, além da ambulância do serviço de atendimento a urgências do Complexo de Imbituba.

“Simulados como este avaliam a eficácia do Plano de Controle de Emergência – PCE e capacitam os brigadistas da SCPAR Porto de Imbituba e também as equipes das empresas que atuam na área portuária para, caso haja necessidade, atuarem em momentos críticos”, comentou o enfermeiro, da SCPAR Porto de Imbituba, Paulo Roberto Cunha.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 28/12/2023**

## **NACIONAL - PETROBRAS ADQUIRE PARTICIPAÇÃO EM 3 BLOCOS DE PETRÓLEO NA ÁFRICA**

Unidades são divididas entre a estatal, a Shell e a Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



***A Petrobras havia abandonado as atividades na África, mas vinha sinalizando o desejo de voltar por entender que o litoral do continente é geologicamente similar ao do Brasil. Crédito: Geraldo Falcão/Agência Petrobras***

A Petrobras anunciou na quarta-feira, dia 27, a compra de participação em três blocos de gás natural e petróleo em São Tomé e Príncipe, na costa oeste da África. A aquisição foi autorizada pelo Conselho de Administração da empresa e conduzida pela Shell, líder do consórcio no processo de licitação.

Os blocos são divididos entre Petrobras, Shell e a Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe (ANP-STP). A Galp, empresa de petróleo e energia de Portugal, ficou com 20% de um dos blocos adquiridos pela estatal brasileira.

**As áreas de exploração adquiridas para participação da Petrobras são:**



Bloco 10: Shell, operadora (40%); Petrobras (45%) e ANP-STP (15%).

Bloco 11: Shell, operadora (40%); Petrobras (25%); Galp (20%) e ANP-STP (15%).

Bloco 13: Shell, operadora (40%); Petrobras (45%) e ANP-STP (15%).

Em março de 2023, um memorando de entendimentos entre o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e o CEO da Shell, Wael Sawan, foi assinado para intensificar o objetivo de oportunidades de negócio entre as empresas no segmento de exploração e produção (upstream).

A Petrobras havia abandonado as atividades na África, mas recentemente vinha sinalizando o desejo de voltar por entender que o litoral do continente é geologicamente similar ao do Brasil

Em nota, a Petrobras informou que a compra da participação na África levou em consideração os trâmites internos e de governança “alinhada à estratégia de longo prazo da companhia, visando a recomposição das reservas de petróleo e gás, por meio de exploração de novas fronteiras e atuação em parceria”.

“A operação marcará a retomada da atuação exploratória no continente africano com o propósito de diversificação de portfólio e está alinhada à estratégia de longo prazo da Companhia, visando a recomposição das reservas de petróleo e gás, por meio de exploração de novas fronteiras e atuação em parceria”, completou a Petrobras.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 28/12/2023*

## PORTUGAL - NOVA FERROVIA PROMETE DOBRAR CAPACIDADE DOS PORTOS PORTUGUESES

Previsão é que trecho de 90 km seja entregue no primeiro semestre do ano que vem

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)

Uma ferrovia de 90 km que ligará os portos portugueses e a cidade de Lisboa à Espanha está prevista para ser entregue no fim do primeiro semestre do ano que vem e promete aumentar a capacidade e a competitividade dos complexos portuários do país.

A ligação ferroviária passa pelo litoral alentejano, seguindo até a Espanha, e é o maior projeto voltado ao modal dos últimos 100 anos.

Atualmente, as obras estão no trecho entre as cidades portuguesas de Évora e Elvas. Esta é a única linha construída que fará conexão com o Corredor Internacional Sul, ferrovia que liga Portugal ao Sul da Europa, passando pelos portos de Sines, Setúbal e Lisboa.

Por isso, é esperado que a nova infraestrutura duplique a capacidade dos portos, além de diminuir o tempo de transporte de cargas. Por exemplo, o percurso de Sines – que é o porto mais importante do país – até a Espanha, será reduzido em 140 quilômetros, o que representa menos três horas e meia de viagem.

Isso refletirá positivamente na competitividade dos complexos e deve diminuir os custos em até 50%.

### Atrasos

Há oito anos a obra da nova ferrovia segue em andamento, mas com sucessivos atrasos, inclusive devido aos impactos na indústria da construção após uma crise econômica que afetou o país de 2008 a 2011.

Mesmo com a conclusão prevista para o ano que vem, ainda não é possível precisar quando os comboios ferroviários poderão ser iniciados, uma vez que testes precisarão ser feitos em processos que podem ser demorados, arrastando o início das atividades só para 2025.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/12/2023



## AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### EIG COMPRA A OCYAN POR R\$ 1,9 BILHÃO

Fundo norte-americano que controla a Prumo Logística vai pagar US\$ 390 milhões pela empresa da Novonor (ex-Odebrecht)

Por epbr 28 de dezembro de 2023 Em Empresas, Mercado offshore, Petróleo e gás



RIO — O fundo de investimentos norte-americano EIG anunciou nesta quinta-feira (28/12) a compra da Ocyan (ex-Odebrecht Óleo e Gás) por US\$ 390 milhões (R\$ 1,89 bilhão), confirmando rumores que circulavam pelo mercado nos últimos meses.

O EIG vai pagar US\$ 283 milhões (R\$ 1,37 bilhão) por 100% do capital da Novonor na companhia. Esses recursos serão usados para liquidar uma parcela da dívida da Novonor com o BNDESPAR. O valor restante irá abater o saldo devedor de títulos sem direito a voto da Ocyan.

A conclusão da transação está sujeita a certas condições habituais de fechamento e deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2024.

#### Otimismo com mercado de FPSOs

Com 3 mil funcionários, a Ocyan opera atualmente quatro FPSOs por meio de uma joint venture 50/50 com a Altera Infrastructure e tem contratos de longo prazo com a Libra Consortium, Karoon Energy e 3R Petroleum.

“O Brasil abriga mais de 25% da frota global de FPSO e acreditamos que a dinâmica futura do mercado para infraestrutura de petróleo e gás no Brasil é muito favorável, ressaltando nosso duplo compromisso de apoiar o crescimento e o desenvolvimento nesta importante região, ao mesmo tempo em que criamos valor para nossos investidores”, disse o presidente e CEO do EIG, R. Blair Thomas.

“FPSO é uma classe de ativos atraente para oportunidades de equity e dívida, e temos o prazer de aprofundar nossa presença na indústria”, afirmou Flavio Valle, diretor-geral e chefe do EIG no Brasil, em comunicado.

“Com a nossa presença global e capacidades locais, que agora são reforçadas por compromissos de capital significativos de clientes locais, acreditamos que o EIG está em uma posição única para entregar esta operação complexa e conduzir a Ocyan a uma nova fase de crescimento.”

#### Sinergia com Prumo aposta em renováveis

Controlador da Prumo Logística, o EIG já investiu mais de US\$ 2 bilhões (R\$ 9,7 bilhões) no setor de energia do Brasil. O fundo espera aproveitar sinergias com a Prumo e com a subsidiária Porto do Açu, tanto no óleo e gás quanto em energias renováveis.

Recentemente a Ocyan criou uma divisão de Novas Energias focada na digitalização da indústria de óleo e gás e em contratos de engenharia, aquisição e construção (“EPC”) para projetos de energia renovável.

“Estamos entusiasmados em apoiar os empreendimentos da Ocyan no espaço de energias renováveis para ajudar a impulsionar a transição energética”, disse R. Blair Thomas.

“A aquisição da Ocyan reflete a estratégia brasileira abrangente e de longo prazo do EIG, focado em infraestrutura que apoia a produção de petróleo bruto de alta qualidade em águas profundas, atividades de descomissionamento e investimentos em energias renováveis e projetos de baixo carbono”, informou o fundo em comunicado.

O EIG é um dos maiores investidores de energia do mundo, com US\$ 23 bilhões sob gestão. É especializado em investimentos privados em energia e infraestrutura relacionada à energia em uma base global. Sediado em Washington, D.C., com escritórios em Houston, Londres, Sydney, Rio de Janeiro, Hong Kong e Seul.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 28/12/2023*

## DISTRIBUIDORAS TERÃO QUE ADQUIRIR 38,78 MILHÕES DE CBIOS EM 2024

Volume é 3,3% maior que o de 2023; metas individuais das distribuidoras serão divulgadas nos próximos meses

*Por epbr 28 de dezembro de 2023 Em Biocombustíveis, Transição energética*



*(Foto: Divulgação Celfenergia)*

RIO — A ANP colocou, nesta quinta-feira (28/12), em consulta pública a resolução que faz o rateio individual da meta provisória de 38,75 milhões de créditos de descarbonização (CBIOS) que as distribuidoras de combustíveis deverão adquirir para cumprir suas metas de redução de emissões no RenovaBio em 2024. O volume é 3,3% maior que o de 2023.

A meta anual individual definitiva, para cada distribuidora de combustíveis, será publicada em 2024. A revisão da meta é feita anualmente, com base na participação de mercado.

Cada CBIO equivale a uma tonelada de carbono. Os créditos são emitidos por produtores de biocombustíveis e remunera melhorias na eficiência energética e ambiental da produção.

### Turbulências no Renovabio

Desde que passou a valer no Brasil, em 2020, a obrigação para que as empresas compensem as emissões dos combustíveis fósseis que distribuem, o cenário macroeconômico atravessou diversas turbulências, com efeitos também sobre o funcionamento da nova política. [Veja linha do tempo ao final da matéria]

Os produtores listam pandemia de covid-19, quebra de safra de cana-de-açúcar por questões climáticas e intervenções federais no RenovaBio para rebater as críticas das distribuidoras.

E dizem que a política cumpre seus objetivos, apesar das adversidades políticas e econômicas.

### Distribuidoras querem mudança

Um grupo formado pelas maiores distribuidoras do país retomou oficialmente a agenda de mudanças do programa de descarbonização do setor de combustíveis no final de novembro, alegando que o RenovaBio falhou em elevar a oferta de biocombustíveis e representa um peso nos consumidores de gasolina e diesel.

A frente batizada de Movimento + Bio é formada por Vibra, Ipiranga, e Brasilcom, federação que representa mais de 40 empresas com atuação regional. E pretende transferir a obrigação de compra de créditos de descarbonização (CBIOS) para as refinarias, além de transformar o RenovaBio em um mercado regulado de carbono compatível com outros setores.

As propostas foram entregues a Uallace Moreira Lima, secretário de Desenvolvimento Industrial, Comércio, Serviços e Inovação.

### Produtores rebatem

“O posicionamento das distribuidoras esquece que houve uma pandemia, com impactos inegáveis ao consumo. Em sequência, por conta de iniciativas eleitoreiras, o mercado nacional de combustíveis sofreu interferências de ordem tributária que ceifaram a competitividade do etanol frente à gasolina, fator determinante para forte redução da sua utilização.”, disse na época, a nota da Bioenergia Brasil.

“É importante registrar que entre 2021 e 2022, o setor sofreu com o clima, secas e geadas, e nem assim houve risco de desabastecimento”, completa a coalizão formada por associações e sindicatos de produtores de etanol.

### Linha do tempo:

- Abr/2020: Crise vai exigir revisão de meta do RenovaBio
- Jul/2020: Crise dispara tentativas de reforma do RenovaBio
- Ago/2020: Distribuidoras são contempladas em revisão das metas do RenovaBio
- Out/2020: Clima e dólar estimulam maior produção de açúcar do que etanol – mesmo com CBIOS em alta
- Nov/2020: IBP e distribuidoras tentam reduzir ou postergar metas do RenovaBio em 2020
- Nov/2020: Brasilcom entra com nova ação judicial para reduzir metas do RenovaBio
- Dez/2020: O que as distribuidoras querem mudar no RenovaBio
- Dez/2020: Justiça federal derruba última liminar contra metas do RenovaBio
- Set/2021: Emendas à MP dos combustíveis tentam reformar RenovaBio
- Mar/2022: Preço do CBIOS ultrapassa os R\$ 100
- Abr/2022: Distribuidoras de combustíveis pedem mudanças no mercado de CBIOS
- Jul/2022: Bolsonaro flexibiliza prazos do RenovaBio por decreto
- Abr/2023: Governo Lula retoma prazo para comprovação das metas do RenovaBio em 31 de dezembro
- Set/2023: MME propõe revisão da meta decenal do RenovaBio
- Nov/2023: Custo do RenovaBio deve ser assumido pelas refinarias, defendem distribuidoras

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 28/12/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

HADDAD ANUNCIA MEDIDAS PARA ELEVAR ARRECADAÇÃO E BUSCAR DÉFICIT FISCAL ZERO EM 2024; ENTENDA



Governo quer limitar compensações tributárias, rever alívio para setor de eventos e fazer reoneração gradual da folha de pagamentos de 17 setores

Por Renan Monteiro e Geralda Doca — Brasília



**O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Washington Costa/MF**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta quinta-feira três novas medidas econômicas para tentar aumentar a arrecadação do governo no ano que vem. O objetivo é viabilizar o compromisso de atingir a meta fiscal de déficit zero em 2024.

Serão três propostas incluídas em uma Medida Provisória, que entrarão em vigor assim que o texto for publicado, o que deve acontecer, segundo o ministro, ainda neste ano. Posteriormente, elas serão submetidas ao Congresso, que só voltará do recesso em fevereiro.

## Entenda as medidas anunciadas:

### 1. Limite para compensação de impostos

O governo pretende limitar a 30% o valor anual que as empresas podem abater de impostos após obterem decisões judiciais que garantem uma compensação por valores pagos a mais em anos anteriores. A medida valerá apenas para companhias que possuem créditos acima de R\$ 10 milhões. Afetaria, portanto, grandes empresas.

— A empresa vai poder continuar a compensar, mas será limitada a um determinado percentual, para que a Receita possa se planejar — disse Haddad.

Segundo o ministro, só em 2023, as compensações tiveram impacto de R\$ 60 bilhões na arrecadação. Haddad destacou que é preciso ter previsibilidade na execução orçamentária e, por isso, é importante aprovar as medidas anunciadas nesta quinta-feira.

O secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, estima um impacto positivo na receita do governo próximo de R\$ 20 bilhões para o ano que vem. A ideia é limitar a compensação sobre crédito proveniente de qualquer decisão judicial, mas a Receita estima que 90% das compensações são referentes a créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a chamada tese do século.

Na prática, o governo federal quer limitar os efeitos das decisões judiciais.

### 2. Alívio para o setor de eventos

O governo quer mudar o Perse, programa de incentivos ao setor de eventos criado na pandemia e que foi renovado por cinco anos. O programa tem validade até 2026. O impacto para as contas públicas, segundo o Ministério da Fazenda, é estimado em R\$ 20 bilhões no ano que vem, valor bem acima do que foi previsto quando o programa foi originalmente aprovado.

Caso o projeto seja aprovado pelo Congresso, as empresas do setor vão voltar a pagar tributos.

— A projeção era de uma renúncia de R\$ 4 bilhões ao ano. Acontece que estamos fechando o ano com mais de R\$ 16 bilhões (em 2023). Isso sem contar o que não foi informado — disse Haddad.

### 3. Tributação na folha de pagamentos

Após a desoneração na folha de pagamentos sobre os 17 setores que mais empregam ter sido prorrogada pelo Congresso Nacional até 2027, Haddad propôs uma reoneração gradual da folha. A ideia é que seja feita aos poucos, com alíquotas diferenciadas por setor:



— Estamos analisando ao Congresso uma reoneração gradual, e não necessariamente volta para 20%, em alguns casos fica abaixo. E a ideia é isentar de cota patronal o primeiro salário mínimo de qualquer trabalhador celetista — disse o ministro.

O ministro explicou que, independentemente do salário do trabalhador, ou seja, mesmo para os que ganham mais, haveria algum alívio tributário. A faixa inicial da remuneração, isto é, a parcela que vai até um salário mínimo de cada salário, teria isenção da cota patronal de impostos.

— Se ele (trabalhador) ganhar o salário (mínimo), você não vai pagar a cota patronal sobre esse trabalhador. Se ele ganhar dois salários mínimos, a cota patronal será a metade, se ganha 10 salários, você não paga a cota patronal do primeiro salário mínimo de qualquer trabalhador celetista — disse Haddad.

Segundo o ministro, essa proposta para os 17 setores seria uma espécie de teste nas mudanças que o governo planeja apresentar para a tributação da renda e do capital. Após a aprovação da primeira etapa da Reforma Tributária pelo Congresso - que tratou dos tributos sobre consumo - há a previsão, que consta nesta emenda constitucional, de mudar também as regras dos impostos sobre rendimentos.

A desoneração da folha de pagamento permite que 17 setores intensivos em mão de obra no país paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% de imposto sobre a folha de salários. Entre eles: têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção civil, fabricação de veículos, tecnologia e transportes.

Haddad disse que ainda vai analisar separadamente uma proposta para revisar a desoneração da folha de municípios. Durante a tramitação da proposta no Congresso, foi inserida a redução de alíquotas (de 20% para 8%) na contribuição previdenciária para cidades com menos de 156 mil habitantes.

— A parte dos municípios vamos analisar separado. Ali não tinha nem análise de impacto. Vamos fazer conta — afirmou ele.

O ministro, mais uma vez, sinalizou que o governo não vai buscar o equilíbrio das contas públicas via corte de despesas, mas continuará revendo isenção fiscal para aumentar a arrecadação federal:

— Nosso esforço continua no sentido de equilibrar as contas públicas por meio da redução do gasto tributário, (que subiu) de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para 6% — disse Haddad.

O secretário da Receita Federal, Robson Barreirinhas, disse que assim que a MP for publicada ela vai sobrepor a lei que prorrogou a desoneração da folha até dezembro de 2027. O projeto, após aprovado pela maioria da Câmara e do Senado, havia sido vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o veto foi derrubado pelo Congresso no dia 14 deste mês.

Assim, com a MP, a partir de 1º de janeiro os 17 setores voltam a ser reonerados de forma gradual, na contramão da decisão do Legislativo. Haddad disse, porém, que a medida não representa uma "afrenta" ao Congresso Nacional, apesar de os parlamentares terem derrubado um veto justamente na direção contrária.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 28/12/2023**

## **DEFLAÇÃO DO IGP-M NÃO SE REPETIRÁ EM 2024, DIZ ECONOMISTA**

Luiz Roberto Cunha explica que combinação de fatores que levaram a queda do índice não voltará a acontecer

**Por Luciana Casemiro**



**Transporte de minério de ferro tem alta 4,73% em dezembro — Foto: Bloomberg**

A combinação de safras recordes, economia externa retraída e melhora no câmbio não se repetirá em 2024, assim como não há nenhuma perspectiva de deflação no IGP-M como a registrada em 2023. O recuo de 3,18% do indicador - a maior deflação de janeiro a dezembro registrado pela série história iniciada em 1989 pelo FGV Ibre - é um resultado completamente fora da curva e não terá repeteco, diz o economista Luiz

Roberto Cunha, professor da PUC-Rio.

- Assim como as altas recordes registradas no ápice da pandemia - de 23,14%, em 2020, e de 17,78%, em 2021 - essa deflação também não se repetirá. Em 12 meses do ano, houve deflação em sete meses do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) que tem maior peso no indicador. Ou seja, foi um ano muito atípico. Não há como se repetir todas as variáveis que levaram a esse resultado. No câmbio, por exemplo, o dólar pode não subir mais para R\$ 5,40, mas não vai cair a R\$ 4,30.

Soja, milho, trigo e minério de ferro, que tem grande peso sobre o IPA, aponta Cunha, já registram alta. Em dezembro, milho subiu 11,30%, minério de ferro, 4,73% e soja 2,03%. No ano, no entanto, o IPA também registrou a sua maior retração, de 5,60%.

-A deflação do indicador este ano de alguma forma compensa o que ocorreu em 2020 e 2021, quando cresceu 31,73% e 20,57% respectivamente.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 28/12/2023**

## **CAMPOS NETO DIZ QUE MUDANÇAS REGULATÓRIAS TORNAM MAIS EFICIENTE O COMBATE AO OURO ILEGAL**

Banco Central tem que fiscalizar as DTVMs e agora conseguirá pela nota eletrônica e fim da "presunção da boa-fé"

**Por O Globo - RJ**



**Balsa destruída durante a Operação Fronteira do Ouro, da Polícia Federal, na Amazônia — Foto: Polícia Federal**

O fim da presunção da boa-fé sobre a declaração de origem, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e a nota fiscal eletrônica implantada pela Receita Federal no comércio do ouro melhoraram a qualidade da regulação e da fiscalização do mercado de ouro, diz o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ambas as mudanças foram implementadas este ano como forma de eliminar brechas para a extração e comércio ilegal do ouro e

também deter a invasão de terras indígenas. A crise humanitária no Território Yanomami colocou o tema na agenda prioritária do governo.

As medidas facilitaram a missão do Banco Central de fiscalizar as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVMs). Campos Neto conta que ao chegar nas corretoras, muitas vezes, os fiscais se deparavam com "caixas e caixas de papel, às vezes, papel escrito à mão".

É que a regulamentação anterior, de 2001, permitia que o documento fosse manuscrito e exigia cópia extraída por "decalque a carbono ou em papel-carbono", uma "tecnologia" do século passado que muitos leitores não devem sequer saber do que se trata. Já a nota fiscal eletrônica permite implementar a rastreabilidade do metal e a origem do produto.

- Uma mudança que foi muito importante, foi a adoção da nota fiscal eletrônica, porque, às vezes, você chegava na corretora, mesmo sem presunção de boa-fé, e tem caixas e caixas de papel, às vezes, papel escrito à mão. Era muito difícil a gente fazer fiscalização. Com esse par da nota fiscal eletrônica, mais a eliminação da presunção de boa -fé, isso ajuda bastante a gente na fiscalização.

No entanto, ao ser questionado se será possível combater o crime no mercado de ouro, repleto de irregularidades, o presidente do Banco Central admite que não se trata de tarefa trivial:

-O crime é aquela coisa, você aperta de um lado, eles acabam achando formas de burlar a regulação. Mas a gente tem melhorado a qualidade da regulação e da supervisão.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 28/12/2023*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### **CAMPOS NETO CITA ERRO DE PROJEÇÕES E DIZ QUE 2024 TEM BOA CHANCE DE CENÁRIO MELHOR PARA CRESCIMENTO**

‘É difícil falar sem colocar em perspectiva que as análises econômicas têm errado muito ultimamente’, disse o presidente do Banco Central em entrevista para a TV

*Por Célia Froufe*

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, avaliou que 2024 tem uma “boa chance” de apresentar um viés mais positivo para o crescimento do que o que se projeta atualmente. “É difícil falar sem colocar em perspectiva que as análises econômicas têm errado muito ultimamente”, disse durante entrevista à jornalista Miriam Leitão, na GloboNews. A conversa exibida na madrugada desta quinta-feira, 28, foi gravada no dia 21 de dezembro.

Campos Neto lembrou que, no mercado, as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estão na casa de 2%, e que a perspectiva é positiva para o Brasil no ano que vem, principalmente após a surpresa com a atividade deste ano.

“É importante entregar inflação na meta e juro mais baixo o possível”, frisou. Ao ser questionado sobre a estagnação do juro real, o presidente do BC disse que não é verdade que a taxa ficou parada nos últimos tempos e que ela recuou na mesma magnitude da Selic. Campos Neto explicou também que, para a autoridade monetária, mais importante do que a taxa de juro real é o esforço monetário desempenhado pela instituição.



**O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto Foto: Alex Silva / Estadão**

Assim como já tinha feito em outras ocasiões, o comandante do BC admitiu que o juro real no Brasil segue alto ante pares, citando especificamente países da América Latina, mas considerou que, ao observar prazos mais longos, é possível ver um declínio da taxa. Ele ressaltou, porém, que é preciso que essa queda ocorra de forma contínua e consistentemente ao longo do tempo.

Campos Neto enfatizou que as taxas de juro futuro já estão antecipando quedas futuras e que os juros cobrados para empréstimos de longo prazo já estão menores hoje do que estavam tempos atrás. Mesmo assim, ele evitou mudar a comunicação feita oficialmente pelo BC nos últimos tempos e reforçou que o ritmo de quedas de 0,50 ponto porcentual da Selic segue como o mais apropriado no momento.



Sobre autonomia, o presidente do BC disse que é importante passar a mensagem de que a autarquia é um órgão técnico. Quando questionado sobre o real impacto que sofreu das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a “demora” de reduzir a Selic, ele respondeu que durante toda sua vida foi nos momentos de pressão que mais aprendeu. Isso, de acordo com Campos Neto, foi válido para esse episódio também e, inclusive, serve para o BC e demais instituições.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 28/12/2023**

## O BRASIL E O JOGO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Em 2024, o País precisa superar a falta de vontade política e começar a definir regras para organizar o mercado de energia renovável ou perderá as oportunidades de liderar o mundo na transição energética

**Por Celso Ming - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES**

O Brasil terminará este ano entre os cinco países emergentes mais atraentes para investimentos em energias renováveis, como aponta o relatório Climatescope da BloombergNEF. Somente em 2022, aportaram no País mais de US\$25 bilhões de investimentos direcionados para energias de fontes eólica e solar, atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

Primeiro, os avanços. Em sua análise, destaca o desenvolvimento no Brasil do mercado de geração própria de energia solar (geração distribuída, a BloombergNEF instalada em telhados de residências, condomínios, casas de comércio, fábricas e edifícios e terrenos adjacentes), que vai sendo construída por capitais formigas. Este é o principal impulsionador da energia limpa no Brasil.

Mesmo com o fim gradual dos subsídios, a geração distribuída alcançou a marca de 25 gigawatts de potência instalada (equivalente a 1,8 usina de Itaipu), em grande impulsionada pelo barateamento dos módulos fotovoltaicos.

Outro ponto positivo está na geração de empregos – o que indica certo fortalecimento na cadeia produtiva. Um relatório da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostrou que o Brasil gerou 1,4 milhão de novos postos de trabalho na indústria de energias renováveis em 2022, última estatística disponível.

Apesar desses números, ainda há muito a fazer, principalmente em garantir um ambiente com regras claras para que os recursos disponíveis no mercado internacional se sintam seguros para virem para cá.

O Plano de Transformação Ecológica do governo é iniciativa ambiciosa que, no entanto, carece de força para sair do papel. Parece também não contar com uma coordenação alinhada e firme que evite os conflitos de interesse. A prova disso foi a lambança em que se transformou o projeto de lei das eólicas offshore aprovado na Câmara dos Deputados e que agora vai para exame no Senado.

Há quem critique o desenvolvimento do mercado offshore, tendo ainda oportunidades em terra. No entanto, a Petrobras e outras petroleiras estão em alto-mar e criaram oportunidades únicas para o desenvolvimento de projetos que podem aproveitar a infraestrutura atual. O problema nesse projeto são os chamados jabutis contrabandeados na proposta, que beneficiaram usinas térmicas a carvão e gás, devem custar quase R\$ 40 bilhões por ano que acabarão sendo despejados na conta de luz do consumidor comum.

“O Brasil precisa de um marco regulatório que alavanque o setor, que envolverá portos, estaleiros, indústria naval, centros de pesquisa. Mas, do jeito que o projeto foi aprovado, ele cria inseguranças que não deveriam estar lá, explica o advogado Luís Fernando Priolli, sócio na área de Energia do Urbano Vitalino.

Outra pauta ainda sem definição é a do hidrogênio sustentável. Câmara e Senado discutem simultaneamente projetos para o produto, sem alinhamento. Há pressa para o desenvolvimento desse mercado, não só pelo potencial financeiro que pode beneficiar o Brasil. Mas subsistem lacunas a preencher, como nas áreas de logística e de armazenamento.

2024 pode se tornar o ano em que o Brasil terá criado as regras para as energias renováveis. Mas o que ainda faz falta é vontade política para evitar interesses contraditórios, como os tais jabutis, e enveredar pelo caminho certo. /COM PABLO SANTANA

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 28/12/2023*

## GOVERNO PAULISTA VOLTA A DISCUTIR LIGAÇÃO DO RODOANEL NORTE AO AEROPORTO DE GUARULHOS

Secretário de Parcerias em Investimentos teve reunião com prefeito de Guarulhos sobre o acesso, que ainda demanda estudos

*Por José Maria Tomazela*

O governo do Estado de São Paulo retomou as discussões sobre uma possível ligação do Rodoanel Norte ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo, mas diz que a definição sobre a abertura do acesso, que não está no projeto original, ainda depende de estudos.

No último dia 21, o secretário de Parcerias em Investimentos do Estado, Rafael Benini, se reuniu com o prefeito de Guarulhos, Gustavo Henrique Costa, o Guti (PSD), para tratar dessa ligação. Paradas há cinco anos, as obras do trecho norte do Rodoanel, que passa por Guarulhos, estão sendo retomadas, segundo o governo estadual.

Na reunião com representantes do município, o secretário disse que as obras do Rodoanel incluirão as alças de acesso a Guarulhos, na altura do bairro Haroldo Veloso. A reivindicação da prefeitura é de que, a partir do acesso, seja construída uma ligação até o aeroporto, que fica a uma distância de 3,6 quilômetros.

Em nota ao Estadão, a secretaria disse que a reunião com a prefeitura de Guarulhos discutiu a melhor alternativa para promover a ligação entre o município e o Rodoanel Trecho Norte. A ligação com o aeroporto, no entanto, ainda demanda estudos, segundo a pasta.



**Obras do trecho norte do Rodoanel estão sendo retomadas, diz governo Foto: Sidnei Barros/Prefeitura Municipal de Guarulhos**

Em agosto deste ano, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) assinou o contrato de concessão do Rodoanel Norte, na modalidade parceria público-privada, após leilão, em março, vencido pela Via Appia FIP Infraestrutura. A empresa será responsável pela conclusão da obra, orçada em R\$ 3,4 bilhões, além da manutenção e operação do trecho pelo prazo de 31 anos. A entrega está prevista para o segundo semestre

de 2026.

O Rodoanel Norte foi iniciado em 2013 e teve as obras paralisadas em 2018. Segundo o governo, os trabalhadores já estão sendo mobilizados para a retomada dos serviços. O trecho é o que falta para concluir a interligação do grande anel viário em torno de São Paulo, desafogando o trânsito na Marginal Tietê.

Em Guarulhos, prefeito e secretário trataram também do programa de Mobilidade Urbana do governo estadual que inclui a concessão da Linha 13- Jade da CPTM, que chega até o aeroporto.

A linha pode ganhar uma extensão de dez quilômetros, com a construção das estações Jardim dos Eucaliptos, São João, Jardim Presidente Dutra e Bonsucesso. Atualmente, a linha parte da estação da Luz, no centro da capital, segue até Engenheiro Goulart, na zona leste, de onde continua até Guarulhos, na estação Aeroporto.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 28/12/2023*

## MARCO TEMPORAL DA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS VIRA LEI; VEJA O QUE OCORRE AGORA

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, promulgou a lei nesta quinta-feira; tema deve ser questionado no STF, que decidiu pela inconstitucionalidade da definição de uma data limite para demarcações de territórios

*Por Alessandra Monnerat*

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, promulgou nesta quinta-feira, 28, a lei que impõe a tese do marco temporal. A legislação define que, para a demarcação de terras indígenas, é preciso haver comprovação que os povos originários ocupavam aquela área na data da publicação da Constituição Federal, em outubro de 1988. O texto contraria decisão de setembro do Supremo Tribunal Federal (STF), que entendeu que a tese é inconstitucional. Os vetos impostos ao projeto de lei em outubro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foram derrubados pelo Congresso no último dia 14.

Agora, o tema deve ser judicializado, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão. Com a promulgação da lei, o presidente da República, partidos políticos com representação no Congresso (ao menos um parlamentar em exercício), entidades de classe e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) podem propor no STF uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) questionando a validade do texto.



***O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, durante sessão que derrubou vetos do presidente Lula ao projeto de lei do marco temporal Foto: Jonas Pereira /Agência Senado***

Levando-se em conta que os ministros já decidiram recentemente sobre o tema, especialistas consultados pelo Estadão preveem uma decisão contrária à lei promulgada. Na prática, significa que alguma representação vai “lembrar” o STF de que ele próprio decidiu que a tese do marco temporal fere o direito dos povos indígenas e foi declarada inconstitucional.

O projeto de lei do marco temporal foi aprovado no Senado no final de setembro, na mesma data em que o STF concluiu o julgamento pela inconstitucionalidade do tema. Em outubro, Lula vetou 47 trechos do texto, incluindo o ponto principal, que estabelece a data de 5 de outubro de 1988 como referência para demarcação de terras. Em dezembro, o Congresso derrubou 41 dos vetos impostos pelo presidente. Lula, então, tinha 48 horas para definir se promulgava ou não a lei, como aprovada pelos parlamentares. Como isso não ocorreu, coube a Pacheco assinar a promulgação da lei, publicada nesta quinta no Diário Oficial da União.

### **O que ocorre se for iniciado um processo de demarcação agora?**

Segundo especialistas ouvidos pelo Estadão, vale a regra em vigor no momento em que o presidente homologar, por meio de decreto, a delimitação da terra indígena. Ou seja, as demarcações seguirão a tese imposta pelo Congresso. Como o tema deve ser questionado com celeridade no STF, os órgãos responsáveis pela delimitação devem aguardar o desfecho jurídico.

Como o processo de demarcação pode se arrastar por anos, como registrado pelo STF em 2020 em um caso que perdurou por 10 anos em Santa Catarina, o imbrólio jurídico deve adiar as decisões dos órgãos envolvidos na delimitação das terras até que os Poderes cheguem a uma posição final.



**Indígenas protestaram em frente ao STF contra o marco temporal**  
*Foto: Wilton Junior/Estadão*

### **O que ocorre caso o marco temporal vire PEC?**

Outra frente encampada pela bancada ruralista é incluir a tese do marco temporal em uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Mas isso também não afasta a judicialização do tema, de acordo com advogados consultados pelo Estadão.

O marco temporal é uma proposta de interpretação do artigo 231 da Constituição, que estabelece que os povos originários têm direito às terras que ocupam e que a União tem o dever de demarcá-las. No julgamento do STF, os ministros entenderam que o artigo 231 é uma cláusula pétrea. Ou seja, não pode ser alterada depois da promulgação da Carta Magna. Essa determinação da Suprema Corte se torna uma barreira para que o Poder Legislativo altere a regulamentação das demarcações de terras indígenas.

Além disso, há outras barreiras para aprovação de uma PEC. O tema precisa ser votado em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado, com aprovação de três quintos de cada Casa legislativa. É necessário ainda quórum para iniciar a votação.

### **O STF pode mudar o entendimento sobre o marco temporal?**

Esse cenário é mais distante, mas pode ocorrer. Se novamente provocado, o STF pode realizar um novo julgamento e decidir mudar o seu entendimento sobre a inconstitucionalidade do marco temporal. Essa possibilidade apenas seria mais viável em uma nova composição da Corte, e é uma das expectativas dos apoiadores da lei aprovada pelo Congresso, tendo em vista que muitas discussões demoram anos para serem finalizadas pelos ministros.

### **Qual é a consequência prática no processo de demarcação?**

De acordo com um levantamento feito em junho pelo Estadão, o marco temporal pode inviabilizar a demarcação de 114 terras indígenas em 185 municípios do País. O tamanho desses territórios soma 9 milhões de hectares, sendo o equivalente a um terço do tamanho do Estado de São Paulo. Atualmente, as áreas indígenas já homologadas têm 119 milhões de hectares.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 28/12/2023*

## **RELATOR DA DESONERAÇÃO DIZ QUE INICIATIVA DE HADDAD É 'PERIGOSA' E FRAGILIZA RELAÇÃO COM CONGRESSO**

Governo decide revogar projeto aprovado no Legislativo e editar medida provisória para tratar de benefício tributário

*Por Mariana Carneiro*

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), que relatou o projeto de lei que prorrogou a desoneração da folha de pagamentos, avalia que a decisão do governo de revogar a medida, como promulgada pelo Congresso, é "perigosa" e tende a ferir a relação do Executivo com o Parlamento.

A desoneração teve a promulgação oficializada nesta quarta-feira, 27, em publicação no Diário Oficial. Mas, em entrevista à imprensa na manhã desta quinta-feira, 28, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo vai editar uma Medida Provisória ainda neste ano revogando a lei e instituindo uma nova forma de conceder vantagem tributária às empresas.

Em vez de divididas por setores, as empresas serão divididas segundo as atividades econômicas que desempenham e terão desconto - de 25% a 50% - na contribuição patronal recolhida sobre o primeiro salário mínimo de seus funcionários. A MP tem efeitos imediatos e, neste caso, passa a valer em 1º de janeiro. Mas precisa ser aprovada pelo Congresso em até seis meses para não perder a validade.



“Eu não vejo essa medida provisória como um bom caminho. O mais certo era deixar andar a lei como já foi promulgada e, no decorrer do exercício futuro, discutir outra maneira de ajustar via projeto de lei. E não por medida provisória, cujos efeitos são imediatos”, disse Coronel.

Para ele, isso pode gerar uma crise política para o governo Lula em 2024.

“Isso dá uma fragilizada na relação do Poder Executivo com o Congresso já que foi um projeto aprovado com ampla maioria na Câmara e no Senado, o governo vetou e o veto foi derrubado também com maioria esmagadora. Aí vem uma medida provisória em cima desse texto? Eu acho isso muito perigoso e tende a ferir, a fragilizar a relação do Congresso com o governo”, disse Coronel, que integra a base do governo no Senado.



**O senador Angelo Coronel (PSD-BA)**

O governo alegou que a desoneração da folha é inconstitucional, pois a reforma da Previdência, em 2019, vedou a concessão de benefícios tributários sobre contribuições da seguridade social. Os parlamentares afirmam, contudo, que se trata da prorrogação de um benefício existente desde 2011 e que havia sido instituído na gestão Dilma Rousseff (PT).

A discussão tomou todo o segundo semestre e, durante a tramitação, por iniciativa de Coronel, prefeituras com até 142 mil habitantes foram incluídas na lista de beneficiados, o que elevou o custo total da medida.

Haddad chegou a anunciar que apresentaria uma alternativa. Sua equipe, disse ele, trabalhava em uma medida que atendesse prioritariamente aos trabalhadores que recebem menos.

“As medidas não chegaram a tempo da votação, então o certo era o governo retirar a medida provisória e mandar um projeto de lei para ser discutido”, disse Coronel. “Isso aí é uma coisa simples para manter a harmonia dos Poderes.”

Na entrevista em que apresentou a MP, nesta quinta, Haddad afirmou que não se trata de uma “afronta” ao Congresso. “O discurso oficial da Fazenda, da AGU (Advocacia-Geral da União) e da PGFN (Procuradoria da Fazenda Nacional) sempre foi de de que era inconstitucional e, mesmo assim, nos dispusemos a negociar”, disse.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 28/12/2023**

## **GOVERNO REVOGA DESONERAÇÃO DA FOLHA E ALTERA REGRA PARA DÍVIDAS JUDICIAIS PARA AUMENTAR RECEITA**

Medida Provisória ditará atividades econômicas atendidas por benefício tributário; prefeituras serão excluídas

**Por Mariana Carneiro e Amanda Pupo**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta quinta-feira, 28, que o governo editará uma medida provisória até o fim deste ano com três iniciativas para recuperar receitas perdidas com renúncias tributárias e com o pagamento de créditos judiciais. Na mais importante delas, o governo decidiu revogar a lei que havia prorrogado a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores econômicos. Em vez disso, as empresas terão desconto na tributação referente ao primeiro salário mínimo pago aos seus funcionários.

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou que os setores serão divididos agora segundo as atividades que desempenham. O primeiro grupo, formado por 17 classes de atividades, passará a recolher a contribuição patronal de 10% sobre o primeiro salário mínimo de

seus funcionários. Se o trabalhador receber, por exemplo, o equivalente a cinco salários, o desconto valerá somente sobre o primeiro salário recebido.

No segundo grupo de 25 classes de atividades, as empresas recolherão 15% de contribuição patronal sobre o primeiro salário mínimo de seus funcionários.

A regra geral é que a contribuição patronal é de 20% sobre o salário dos trabalhadores. Dessa forma, o Ministério da Fazenda entende que esses setores seguirão com vantagem tributária, ainda que o cálculo seja feito de forma diferente. Barreirinhas também disse que os grupos foram divididos de forma a conceder mais descontos aos que utilizaram mais do benefício para gerar empregos, segundo avaliação feita pela SPE (Secretaria de Política Econômica).



**O ministro da Fazenda, Fernando Haddad Foto: Wilton Junior/Estad**

As regras passam a valer a partir de 1º de janeiro e vão vigorar para os 17 setores já atendidos pelo programa de forma facultativa. Quem aderir, segundo Barreirinhas, terá que se comprometer com a manutenção de empregos. Segundo o secretário, o texto da MP dirá que o patamar de empregos deverá ser equivalente ao de 1º de janeiro de cada ano. O texto também ditará quais são as atividades em cada um dos dois

grupos selecionados.

## Lista dos setores

**Os 17 setores que podem realizar a desoneração da folha são:**

- confecção e vestuário
- calçados
- construção civil
- call center
- comunicação
- empresas de construção e obras de infraestrutura
- couro
- fabricação de veículos e carroçarias
- máquinas e equipamentos
- proteína animal
- têxtil
- TI (tecnologia da informação)
- TIC (tecnologia de comunicação)
- projeto de circuitos integrados
- transporte metroferroviário de passageiros
- transporte rodoviário coletivo
- transporte rodoviário de cargas

Haddad já havia antecipado essa espinha dorsal para a desoneração da folha quando começou a discutir com parlamentares uma alternativa à prorrogação do programa. Ele queria que o tema fosse tratado como parte da reforma da tributação incidente sobre a renda.

Mas o ministro acabou sendo atropelado pelo Congresso, que não só decidiu pela prorrogação do benefício até 2027 mas também derrubou o veto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia imposto à desoneração.

O governo alegou que a medida era inconstitucional e se mostrou disposto a questionar a decisão do Legislativo no Supremo Tribunal Federal. Mas Lula recomendou ao ministro que buscasse uma saída



negociada. A MP tem efeitos imediatos, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em até seis meses para não perder a validade.

Na coletiva de imprensa para apresentar as medidas, Haddad disse esperar que o Congresso receba bem a MP, além de apontar que estará disponível para explicar as propostas. Em sua visão, as alternativas apresentadas pela equipe econômica não representam uma “afrenta” ao Parlamento.

“Sempre alertamos que medida de desoneração era inconstitucional”, disse Haddad. “Sou muito grato até aqui por maneira que o Congresso trata assuntos da Fazenda”, disse.

### **Prefeituras**

Além de alterar as regras para os 17 setores, a MP vai revogar por completo a desoneração para prefeituras com até 142 mil habitantes, dispositivo inserido pelo Senado e que para o governo também era inconstitucional. Isso porque a reforma da Previdência proibiu a concessão de novos incentivos tributários por meio do desconto das contribuições que financiam a seguridade social.

Haddad disse nesta quinta que a SRI (Secretaria de Relações Institucionais) vai iniciar uma negociação com prefeitos para ver como tratar do tema. O assunto é delicado pois 2024 é ano de eleição municipal.

Segundo Barreirinhas, a desoneração da folha de pagamentos dos 17 setores teria um custo de R\$ 12 bilhões em 2024. Com a mudança via MP custará R\$ 6 bilhões, que serão compensados com a extinção do PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos). O programa foi originalmente desenhado para auxiliar atividades prejudicadas pela pandemia da covid-19, mas em 2022 foi prorrogado por cinco anos.

Haddad alegou que, durante a tramitação no Legislativo, o combinado era que o programa custaria cerca de R\$ 4 bilhões por ano, mas extrapolou estes valores. Só de isenções no pagamento de PIS/Cofins, as empresas deixaram de pagar cerca de R\$ 16 bilhões neste ano, sem contar Imposto de Renda. Com a extinção, o governo pretende limitar essa renúncia em 2024 e usar R\$ 6 bilhões “economizados” com o fim do programa para bancar a desoneração da folha.

A extinção será gradativa, uma vez que será necessário cumprir os requisitos legais de anterioridade. O fim da isenção no IR para essas empresas, por exemplo, só será aplicado em 2025.

### **Abatimento de prejuízo em impostos**

A medida que vai gerar mais economia, nas contas do governo, é a criação de um teto para que as empresas que obtenham vitórias judiciais contra o Fisco possam descontar este valor do que devem na hora de pagar seus impostos.

Hoje, elas não têm esse limite e Haddad voltou a mencionar o caso da Souza Cruz, que conforme mostrou reportagem do Estadão, obteve decisão para deixar de recolher R\$ 4,8 bilhões em impostos neste ano.

Neste ano, essas compensações retiraram dos cofres da União cerca de R\$ 60 bilhões. Com a mudança, a estimativa da Receita é que elas fiquem ao redor de R\$ 20 bilhões no ano que vem.

A MP deverá fixar um limite ao redor de 30% do crédito que a empresa poderá usufruir por ano. O teto valerá para dívidas judiciais que superem R\$ 10 milhões. Segundo Barreirinhas, a ideia da Receita é fazer com que estes pagamentos ocorram em até cinco anos. Empresas que tiverem a receber menos do que o valor de corte de R\$ 10 milhões vão receber mais rápido, disse o secretário. As empresas também poderão optar pela via do precatório - pagamento de títulos judiciais.

Apesar de Haddad ter citado a ‘tese do Século’ para exemplificar o problema - que corresponde a cerca de 90% desse tipo de compensações judiciais -, a limitação será aplicada para qualquer decisão judicial que abranja a possibilidade de encontro de contas via crédito acima de R\$ 10 milhões.

As três iniciativas serão objeto de uma única MP, que já está na Casa Civil, e cuja data de publicação depende do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). De acordo com o ministro, as propostas anunciadas não criam receita adicional, mas repõem recursos em renúncias que não estavam inicialmente previstas no projeto de lei orçamentária enviado pelo governo em 31 de agosto, já aprovado pelo Congresso.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 28/12/2023*

ECONÔMICO  
**Valor**

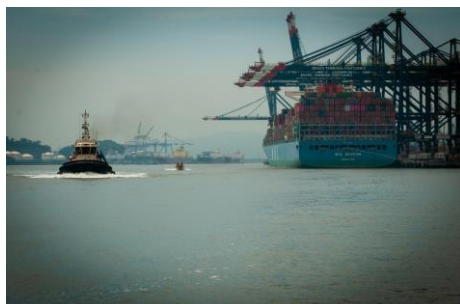
Informação que vira dinheiro.

### VALOR ECONÔMICO (SP)

#### RECEITA FEDERAL PRORROGA ATÉ 2027 ADICIONAL DE 1% DA COFINS-IMPORTAÇÃO

Medida consta na Lei nº 14.784, que também traz a manutenção da desoneração da folha de pagamentos

*Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília*



*Imagem geral dos terminais de containers no porto de Santos. — Foto: Ana Paula Paiva/Valor*

A Receita Federal prorrogou, até 31 de dezembro de 2027, a incidência do adicional de 1% da Cofins-Importação para alguns produtos constantes na Lei nº 10.865/04. A prorrogação consta na Lei nº 14.784, publicada hoje no Diário Oficial, que também traz a manutenção da desoneração da folha de pagamentos, após derrubada de veto pelo Congresso Nacional.

Entre os setores sujeitos ao adicional de 1% estão os de plásticos, borrachas, calçados e couros e peles, segundo Douglas Campanini, sócio da Athros Consultoria.

O especialista explica que o adicional já vigora hoje e estava previsto para terminar em 31 de dezembro deste ano, junto com a desoneração da folha. Com a derrubada do veto e o retorno da desoneração, acrescenta, o adicional foi mantido.

Campanini lembra que o adicional não gera crédito para o importador, representando custo. “Hoje já é custo. Em 2024, não haveria mais esse custo. Mas com a edição da lei foi mantido”, afirma.

A lei também estabelece que ato do Poder Executivo definirá mecanismos de monitoramento e de avaliação do impacto da desoneração da folha de pagamentos sobre a manutenção dos empregos nas empresas afetadas pela medida.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 28/12/2023*

#### A EIG, DOS ESTADOS UNIDOS, COMPRA A OCYAN POR R\$ 1,8 BI



Credor da Novanor (antiga Odebrecht), então controladora da Ocyan, BNDES receberá os recursos da transação

*Por Juliana Schincariol — Do Rio*

*Flávio Valle, diretor-geral da EIG no Brasil: foco na joint venture entre Ocyan e Brookfield, o que abre perspectivas — Foto: Leo Pinheiro/Valor*



A EIG, empresa americana que investe em energia e infraestrutura, fechou a compra da Ocyan, antiga Odebrecht Óleo e Gás, por US\$ 390 milhões, ou R\$ 1,8 bilhão pelo câmbio de ontem. Os recursos da transação serão pagos diretamente à BNDESPar, empresa de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para liquidar uma parcela da dívida da Novonor - antiga Odebrecht, até então controladora da Ocyan - com o banco de fomento.

A Ocyan não foi incluída no processo de recuperação judicial da Novonor, mas ações da empresa de petróleo e gás foram dadas em garantia pela empreiteira ao BNDES. Em novembro de 2020, a Novonor iniciou negociações relativas a uma das dívidas com o banco de fomento, no valor de R\$ 2,8 bilhões. Foi o BNDES quem coordenou o processo de venda da Ocyan, iniciado há cerca de dois anos. Além da EIG, o fundo Mubadala e a gestora americana Oaktree estavam entre os interessados no negócio, segundo fontes de mercado.

Em nota, o BNDES disse que a transação foi fruto de extenso processo competitivo, viabilizando “importante recuperação de créditos para a BNDESPar”. Segundo o banco, a transação avaliou a empresa em US\$ 390 milhões, sendo US\$ 283 milhões referente à fatia acionária detida pela Novonor e o remanescente destinado à liquidação de debêntures de participação no lucro da companhia, sem direitos políticos. “A parcela referente ao equity da Novonor será direcionada à BNDESPAR para liquidação parcial de dívida do Grupo Novonor garantida pelas ações da Companhia. O fechamento do negócio está sujeito a condições precedentes usuais, com previsão para ocorrer no 1º trimestre de 2024”, informou o banco.

Do total da operação, a EIG vai pagar metade da transação com recursos próprios, disse o diretor-geral da EIG no Brasil, Flávio Valle. A gestora local da EIG, em parceria com a Lake Capital, foi responsável pela captação dos recursos. É a primeira vez que a maioria dos recursos de um fundo da empresa foi captada no Brasil. Os principais alocadores foram grandes investidores individuais. A outra metade será financiada pelo BNDES, que estruturou project finance de sete anos voltado para a aquisição das ações da Ocyan pela EIG. No último ano, 40% do empréstimo será ser quitado.

Com a assinatura do contrato, a EIG, dona do Porto do Açu (RJ), se tornará o único acionista da Ocyan. A direção da companhia, liderada pelo presidente Roberto Prisco Ramos, será mantida. Um novo conselho de administração será montado. Entre os integrantes devem estar Valle, diretor-geral da EIG no Brasil, e também investidores da empresa americana e conselheiros independentes especializados no setor.

### **“Há oportunidades na joint venture entre Ocyan e Brookfield”**

— Flávio Valle

Um dos principais focos de interesse da EIG no negócio é a joint venture entre Ocyan e Brookfield, chamada Altera & Ocyan. Essa empresa é proprietária e operadora de plataformas do tipo FPSO e é a única, com sede no Brasil, especializada nesses navios de petróleo, segundo Valle. Entre os clientes, estão a empresa australiana Karoon e a Petrobras. Além dos contratos serem de longo prazo e em dólar, a demanda por combustíveis fósseis se manterá alta pela próxima década, de acordo com o executivo.

“A EIG tem parcerias com a Brookfield mundo afora. Isso nos dá grande segurança para trazer um plano estratégico alinhado para novas investidas no setor dentro da Ocyan e pode, eventualmente, nos levar a um jogo maior, internacionalmente, na área”, disse Valle, em entrevista ao Valor. A ideia é adicionar mais duas plataformas nos próximos cinco anos. Isso poderá ser feito por meio de novos fundos levantados localmente.

A Ocyan tem outros dois ativos. Um deles é a participação de 6,5% na Foresea, criada no processo extrajudicial de reestruturação da dívida da própria Ocyan em que houve a cisão de cinco sondas de perfuração que têm como principal cliente a Petrobras. O outro é uma área de manutenção de sondas e serviços para a indústria de óleo e gás.

Além do setor tradicional de óleo e gás, a EIG vai buscar oportunidades para a Ocyan em energia renovável, uma área que a empresa americana atua. “Nosso principal objetivo são eólicas offshore. Há possibilidade de pré-fabricarmos turbinas, pás e torres. Passaremos a participar de um jogo que não participamos”, afirma o presidente da Ocyan, Roberto Prisco Ramos.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 28/12/2023*

## PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL PERTO DA VOLTA DO PIS/COFINS

Queda corresponde a um corte de 7,94% no preço, que passará a ser de R\$ 3,48 por litro nas refinarias

*Por Fábio Couto, Guilherme Pimenta e Felipe Laurence — Do Rio, de Brasília e São Paulo*



***A variação acumulada do diesel para as distribuidoras de combustíveis em todo o ano de 2023 é de redução de 1,01 por litro, o que representa 22,5% — Foto: Lucas Tavares***

A Petrobras anunciou na terça-feira (26) queda de R\$ 0,30 por litro no preço do óleo diesel A comercializado nas refinarias da empresa. A redução corresponde a um corte de 7,94% no preço, que passará a ser de R\$ 3,48 por litro. Os novos valores passam a valer a partir desta quarta-feira (27). É o segundo corte de preços do diesel neste mês, e pode ter sido aplicado para

contrabalançar a alta esperada com a volta da cobrança de PIS/Cofins sobre o insumo, de cerca de R\$ 0,35 por litro, a partir de 1º de janeiro.

No dia 7 de dezembro, a empresa anunciou queda de R\$ 0,27 por litro ou 6,67%, caindo de R\$ 4,05 por litro para R\$ 3,78 por litro. Com isso, o preço do diesel teve queda de 14,07% no mês. Analistas apontaram que o mercado já esperava pelo movimento. Não houve mudanças no preço da gasolina, inalterado nas refinarias desde 20 de outubro.

Segundo a Petrobras, a redução é “resultado da análise dos fundamentos dos mercados externo e interno frente à estratégia comercial da companhia, implementada em maio de 2023, que passou a incorporar parâmetros que refletem as melhores condições de refino e logística na precificação”.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que conversou com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a respeito da reoneração do diesel e que o impacto da redução de preço a partir dos cortes da Petrobras compensará a volta da cobrança do tributo sobre o insumo. Haddad disse que o segundo corte em dezembro “mais que compensa” a reoneração que ocorrerá a partir do dia 1º de janeiro.

“A partir do dia 1º de janeiro, se comparar o preço do diesel com o dia 1º dezembro de 2023, você tem uma queda do preço da Petrobras mesmo com a reoneração”, disse o ministro. Ele prosseguiu: “[Quem utiliza diesel] tem que ficar atento a isso. O preço caiu mais do que a reoneração do mês de janeiro, não há nenhuma razão para ter impacto no preço do diesel, pelo contrário.”

O corte de preços do diesel se deu em meio a tensões no Mar Vermelho, que vêm causando oscilações nos preços futuros do petróleo no mercado internacional, ainda que as cotações do barril Brent estejam em torno de US\$ 80. Em paralelo, o dólar teve queda nos últimos dias, por causa da aprovação, no Congresso, da reforma tributária.

O Itaú BBA, em relatório, disse acreditar que a redução nos preços do diesel sinaliza o compromisso da Petrobras com a execução da política, evitando volatilidades para o consumidor.

A StoneX estima que o preço do óleo diesel da Petrobras está em média R\$ 0,02 por litro abaixo dos preços praticados no mercado externo, ou 0,6% abaixo da paridade de importação do produto.



Segundo a StoneX, a gasolina tem preço médio R\$ 0,14 por litro acima da paridade, ou 5,2% mais cara que no mercado externo.

**“Não há nenhuma razão para ter impacto no preço do óleo diesel”**  
— *Fernando Haddad*

Thiago Vetter, consultor de gerenciamento de risco da StoneX, acredita que a movimentação da Petrobras pode ter relação com o retorno da cobrança de PIS e Cofins sobre o diesel, da ordem de R\$ 0,35 por litro, a partir de 1º de janeiro, já que a magnitude do corte foi próxima, de R\$ 0,30 por litro no diesel.

Para o Goldman Sachs, os importadores poderiam tentar repetir a estratégia de obter maiores ganhos de estoque à frente de preços mais elevados na bomba, por causa do esperado aumento dos impostos. Porém, avalia, o corte dos preços pela Petrobras pode barrar esta estratégia, com eventuais limitações de ganhos de estoque. As margens de refino podem permanecer em níveis “saudáveis” mesmo com o corte de preços, diz o Goldman.

Considerando a adição de 12% de biodiesel, prossegue a petroleira, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor terá redução de R\$ 0,26 por litro e passará a ser em média de R\$ 3,06 por litro. A Petrobras ressaltou que o preço final na bomba é afetado por outros fatores como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro na revenda.

Para Amance Boutin, especialista em combustíveis da Argus, o reajuste deve deixar o diesel pouco abaixo do preço do produto russo, considerando a alta das cotações internacionais verificadas ontem. O valor de uma carga de diesel russo, para entrega em janeiro em até dois portos do Norte e do Nordeste na sexta-feira (22) era de R\$ 3,41 por litro, observou.

A variação acumulada do diesel para as distribuidoras de combustíveis em 2023 é de redução de 1,01 por litro, ou 22,5%. A gasolina recuou R\$ 0,27 por litro ou 8,77% no ano, caso não ocorra nenhuma nova mudança nos preços até dia 31.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 28/12/2023*



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPING.COM](http://MERCOSHIPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*  
*Data: 28/12/2023*